

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Divulgação



Para presidente da AEB, mercado terá que se adaptar

Decisão da Suprema Corte é 'teoricamente' boa

Para José Augusto de Castro, presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a derubada do tarifaço de Donald Trump pela Suprema Corte norte-americana é "teoricamente" boa para os exportadores brasileiros.

Segundo ele, a medida vai gerar a necessidade de uma reestruturação geral da bagunça criada pelo presidente dos Estados Unidos. "As empresas vão ter que rediscutir tudo", avalia.

Pelas contas da AEB, as exportações brasileiras para os EUA caíram 20% desde que o início das tarifas. De acordo com Castro, o alívio anunciado depois do encontro de Trump com Lula ainda não foi implementado.

Medida favorece acordo com UE

O presidente da AEB diz que a decisão judicial deverá forçar a União Europeia a apressar a implantação do acordo comercial com o Mercosul, já que o mercado norte-americano tende a ficar mais atrativo para outros países, entre eles, o Brasil.

Em janeiro, o Parlamento Europeu protelou o início do acordo, ecidiu que isso só ocorrerá depois depois de avaliação do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Joyce N. Boghosian/Casa Branca



Trump reclamou da decisão judicial

Vitória da China

Independentemente do que vier a ocorrer, a confusão criada por Trump tem, para Castro, um grande vencedor: a China.

O país aproveitou a guerra comercial iniciada pelo norte-americano para diminuir preços de seus produtos e ganhar mercado. Ganhará de novo, prevê o executivo, se a tarifa de 40% cair para 10%, como anunciado por Trump.

A Casa Branca, provavelmente, também vai ter devolver aos importadores dos EUA cerca de US\$ 170 bilhões, valor das sobretaxas que foram obrigados a pagar.

Confetes trocados

Na busca de pacificar sua relação com pelo menos parte do seu partido (PL) no Rio, o governador Cláudio Castro aproveitou o Carnaval para conversar com o senador Carlos Portinho.

Este é candidato declarado à reeleição; Castro também deverá tentar conquistar uma das duas vagas no Senado que estarão em disputa.

Arestas

Segundo Portinho, a conversa, ocorrida no no Palácio Laranjeiras, foi amistosa, serviu para apagar algumas arestas — o governador não tinha gostado de críticas que o senador fizera, meses atrás, à segurança pública. Portinho disse que as observações foram de caráter institucional, não pessoal.

Dono da bola 1

De acordo com Portinho, Castro avalia haver espaço para até três candidaturas de direita ao Senado (a esquerda tende a se unir em torno do lançamento da deputada Benedita da Silva, do PT). A decisão final sobre os nomes que serão lançados pelo PL será do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Dono da bola 2

O senador, que esteve semana passada com o ex-presidente, afirmou que ele ainda não definiu o que fazer no Rio. Bolsonaro não abre mão de decidir sobre as candidaturas ao Senado — em Santa Catarina, por exemplo, definiu os nomes de Carlos Bolsonaro e de Carol de Toni, e jogou Esperidião Amin pra escanteio.

Tampão

Já a definição sobre o nome do PL para a disputa do governo do Estado será, segundo Portinho, responsabilidade do próprio partido. Isso, diz, por decisão de Bolsonaro. Castro, que deve renunciar ao cargo, apoia seu secretário da Casa Civil, Nicola Miccione, para exercer um mandato-tampão até dezembro (o RJ não tem vice-governador).

Disputas

Parte do PL, porém, prefere que o nome que disputará, na Assembleia Legislativa, o cargo de governador-tampão seja o do futuro candidato na eleição de outubro. Presidente do PL-RJ, Altineu Côrtes, indica Douglas Ruas; Castro tende a apoiar o delegado Felipe Curi. O senador Flávio Boslonaro vai desempatar.

Dicas de elite

Uma das organizadoras do livro "Como pesquisar elites no Brasil" (FGV), Débora Thomé dá algumas dicas para os interessados na tarefa: organizar uma boa lista de telefones, criar rede de amigos, ter cara de pau, dispor de tempo, saber ganhar os ricos pela vaidade e cultivar amizade com suas secretárias.



Vercaro decidiu faltar à CPMI do INSS

Caso Master em semana crítica no STF e Senado

Ausência na CPMI deixa em suspense o depoimento na CAE

Por Beatriz Matos

O depoimento do banqueiro Daniel Vercaro à CPMI do INSS estava marcado para a tarde desta segunda-feira (23), mas não vai acontecer. O dono do Banco Master comunicou que não compareceria a Brasília justamente no momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconfigura os rumos da investigação e amplia o espaço de atuação da Polícia Federal (PF).

A ausência, longe de encerrar o episódio, aprofunda a crise política que se formou em torno do caso.

A decisão ocorreu dias depois de o ministro André Mendonça autorizar o compartilhamento de dados sigilosos do empresário com os parlamentares. Até então, o banqueiro havia assegurado ao presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), que estaria presente na comissão.

Interlocutores de Vercaro afirmam que ele teme hostilidades no deslocamento de São Paulo à capital federal e rejeita transporte da Polícia Federal, por entender que não é "bandido". No Congresso, contudo, a leitura é menos protocolar: a desistência evita desgaste público em um ambiente onde as perguntas poderiam ultrapassar os contratos de crédito consignado com o INSS — foco formal da CPMI.

A tensão não termina nesta segunda (23). Está marcada para

terça-feira (24) a oitiva de Vercaro na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Diferentemente da CPMI, a CAE não delimita previamente o escopo dos questionamentos e pode avançar sobre a estrutura financeira do banco, sua política de captação e as relações institucionais construídas durante o período de expansão.

Nos bastidores, parlamentares avaliam que a ausência na comissão mista antecipa um ambiente ainda mais pressionado na CAE. Além disso, recentemente o ministro André Mendonça decidiu que é facultativa a ida de Daniel Vercaro às duas comissões.

Enquanto o Congresso se movimenta, o STF também redesenha a condução do inquérito. Ao assumir a relatoria, Mendonça reverteu decisões anteriores e devolveu à PF maior autonomia técnica.

Autorizou o reforço da equipe responsável pela análise de mais de 100 dispositivos eletrônicos apreendidos e determinou que apenas agentes diretamente envolvidos tenham acesso às informações, inclusive com dever de sigilo em relação a superiores hierárquicos, afastando o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

Nos bastidores, a medida foi interpretada como tentativa de blindar os investigadores de eventuais pressões internas.